

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PERRONE, Otto Vicente. Otto Vicente Perrone (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 20min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Otto Vicente Perrone
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

Levantamento de dados: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 24/10/2005 a 24/10/2005

Duração: 1h 20min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por sua participação no Conselho Nacional do Petróleo.

Temas: Conselho Nacional do Petróleo; Engenharia; Ernesto Geisel; Exploração de petróleo; Imprensa; Indústria petroquímica; Legislação; Monopólio; Petrobras; Petróleo; Regime militar;

Sumário

Entrevista: 24.10.2005

Fita 1-A: Os primórdios da petroquímica no Conselho Nacional do Petróleo (CNP); a trajetória como engenheiro químico; o ingresso na Petrobras em seu momento de criação; o estatuto legal dos produtos básicos petroquímicos; a criação da Petroquisa em 1967; o processo Wulff de produtos petroquímicos inaugurado no Brasil pela Union Carbide; a questão da Refinaria de Cubatão; o pioneirismo brasileiro nos produtos petroquímicos; o surgimento do primeiro polo petroquímico brasileiro em São Paulo.

Fita 1-B: O papel do CNP na questão petroquímica; a proposta de instalação de uma planta de borracha sintética no Brasil; a construção da Refinaria Duque de Caxias (Reduc); a relação da imprensa com as decisões do CNP; o projeto para a fabricação de óxido de etileno em São Paulo; a composição do CNP; a dualidade entre o CNP e o Grupo Executivo da Indústria Química (Geiquim) e; a questão da produção excedente pelas refinarias; a presença do general Ernesto Geisel nas questões da CNP; as discussões sobre justa remuneração; as tensões entre o CNP e a Petrobras; sugestão de figuras importantes a serem entrevistadas.

Fita 2-A: Mais sugestões de figuras a serem entrevistadas; a ascensão do CNP durante o regime militar; a relação da Petrobras com o CNP durante o regime militar; a questão do monopólio do refino; a atuação do CNP em relação a Copene e Copesul; as diferentes resoluções legislativas sobre as indústrias; documentos relativos à indústria do petróleo.

Entrevista: 24.10.2005

Sérgio Lamarão - Boa tarde, Dr. Perrone. Nós conversamos rapidamente pelo telefone. Estamos desenvolvendo um projeto para a Agência Nacional de Petróleo há mais ou menos um ano, estamos na reta final. Agora estamos coletando alguns depoimentos de pessoas que tiveram uma participação importante em certos momentos cruciais na história do Conselho Nacional do Petróleo. Pessoas que viveram aquela conjuntura. O que nos levou ao senhor foi a sua bagagem na área da petroquímica. Em nossa conversa telefônica, o senhor nos falou que teria alguma coisa a dizer sobre os primórdios da petroquímica nos anos 50, a participação do CNP. A palavra então está com o senhor.

Otto Perrone - Eu fiz uma lista de coisas que acho importante falar, uma delas é o papel que o Conselho Nacional do Petróleo teve na fixação de diretrizes para o desenvolvimento da indústria petroquímica. A segunda coisa é que o Conselho tinha uma atribuição de conceder ou não autorização para o funcionamento de plantas petroquímicas de produtos básicos. Durante muito tempo o conselho julgou projetos de investimentos com a finalidade de garantir ou não matérias-primas, de petróleo ou derivados. Nessa fase houve projetos importantes que foram julgados no CNP, não era um projeto só, era competição, alguns até controversos. Tem um terceiro ponto que eu queria mencionar aqui que o assunto de justa remuneração. Foi uma questão momentosa nos anos 50, foi ao presidente da Republica, gerou um decreto e acabou nos tribunais.

Eu trouxe duas coisas aqui, uma palestra que eu fiz no IBP há uns três anos, mas que toca em alguns desses assuntos, então vou deixar aqui para vocês. Outra coisa que trouxe é uma preciosidade, queria fazer uma doação ao Cpdoc, é um arquivo com todos os pareceres do general Ernesto Geisel quando ele era conselheiro do Conselho Nacional do Petróleo. Eu mesmo fiz uma organização dos pareceres em assuntos, a disputa para a construção da fábrica da borracha sintética, a Fabor, que foi um projeto competitivo no Conselho, outros são sobre justa remuneração, e tem vários outros assuntos que foram levados ao Plenário do Conselho e que ele emitiu um parecer ou um voto.

S.L. – O senhor sabe que o arquivo dele está aqui, não?

O.P. – Eu sei. Eu falei com a filha dela, a Amália Lucy, que eu tinha esse arquivo e que iria doá-lo para vocês. Tem anotações pessoais dele, acho que é um arquivo interessante sobre atuação dele no CNP. Ele foi conselheiro nos anos de 57 e 58.

S.L. – Vamos conversar um pouco com sua própria trajetória, o senhor é engenheiro químico?

O.P. – Sim. Formado em 1951 químico industrial e em 1955 engenharia química.

S. L. - Nos anos 50, o senhor já trabalhava?

O.P. – Depois que me formei químico industrial, trabalhei uns três anos em duas companhias e em um laboratório. Depois fiz concurso para a Petrobras e fui ser engenheiro de refinação e em seguida fui trabalhar na área de petroquímica. Trabalhei na Petrobras durante 28 anos. Fui diretor e depois vice-presidente da Petroquisa. Como diretor da Petroquisa recebi a incumbência de criar a Copene e a construção do complexo petroquímico de Camaçari. Eu criei a Copene, seu estatuto, fiquei 30 anos com essa empresa, sem me desligar da Petroquisa até 1982. Nesse ano, saí da Petroquisa e fui trabalhar na Norquisa, que era a holding dos acionistas que controlavam a Copene, e por indicação deles eu continuei presidente da Copene até 2002. Foi nesse ano que a Copene entrou no conglomerado da Brascan. Então, fui vice-presidente da Petroquisa, presidente da Norquisa e presidente da Copene.

S.L. – Podemos dizer que o senhor acompanhou de perto, desde os primeiros momentos, a constituição do setor de petroquímica no país?

O.P. – Acompanhei. Eu vi as coisas acontecerem. Vi as primeiras unidades petroquímicas em Cubatão. Depois vi a formação da Petroquímica União. Participei ativamente da construção do Complexo Petroquímico de Camaçari. Participei também, com menos intensidade, do polo petroquímico que se fez lá no Sul.

S.L. – Podíamos fazer seu depoimento seguindo uma linha cronológica. Começando dos anos 50.

O.P. – Pensei em falar no início desse papel do CNP, porque ele faz um pouco da história.

S.L. – O senhor entra na Petrobras praticamente no momento de sua criação, não é?

O.P. – Foi.

S.L. – Isso é importante para nós porque como o CNP tem as atribuições bastante reduzidas a partir do momento em que a Petrobras é instalada, nesse setor da petroquímica ele continua com esse papel de definidor de rumos?

O.P. – Sim. A Lei 2004 que instituiu o monopólio e criou a Petrobras para executar esse monopólio, ela é omissa com relação a atividade de petroquímica. Na época, havia uma indecisão muito grande se as empresas particulares poderiam ou não tomar a iniciativa nesse campo. Elas tinham receio de tomar um espaço muito forte e depois não pudessem concretizá-los. As regras estavam indefinidas nesse campo de atividade. A Petrobras foi criada em outubro de 53, mas como empresa ele começou a operar em maio de 54. Um mês antes da Petrobras começar a operar, em abril de 54, o CNP emitiu uma Resolução n.3/54, é a primeira que o Conselho fez tentando criar algumas diretrizes para a atividade petroquímica. Vou deixar aqui umas cópias das resoluções. Essa Resolução 3/54 tem tónica enfatizar que a indústria petroquímica não era monopólio e que deveria ser preferencialmente desenvolvida pela área privada. Em janeiro de 57, o CNP emitiu uma outra resolução, Resolução 1/57 que reforçava a anterior, mas ela acrescenta porque o Conselho define o que são matérias-primas básicas petroquímicas e o que são produtos essenciais petroquímicos; diz ainda que quem quiser fazer implantação de instalação para produzir ou produtos petroquímicos básicos ou produtos essenciais precisa a autorização do CNP. Então, o CNP virou um fórum de julgamentos de projetos nessa área. As matérias-primas petroquímicas básicas eram eteno, pepeno, luteno, butadieno, benzeno, xileno, amônia, metanol etc. Entre os produtos essenciais podemos citar estileno, borracha sintética. Então, quem quisesse fazer uma fábrica de borracha tinha que submeter seu projeto ao CNP. Foi essa Resolução que supervisionou o desenvolvimento das primeiras plantas petroquímicas do Brasil.

S.L. – Uma dúvida que eu tenho, essas unidades se instalaram todas no entorno da Refinaria de Cubatão, era subproduto da Refinaria que era usado como matéria-prima, é isso mesmo?

O.P. – Era isso mesmo. Depois vou fazer um parêntese para esclarecer essa parte. Eu vou depois falar sobre a disputa que houve no Plenário do Conselho para a autorização de implantação de uma planta de borracha sintética no Brasil, quem ganhou foi a Petrobras, que estava disputando com outros dois pretendentes. Então, essa Resolução 1/57 definia matérias petroquímicas básicas e definia produtos essenciais, e quem quisesse fazer qualquer um desses produtos precisava ter autorização do CNP, que garantia o fornecimento de matéria-prima. Quem fizesse produtos petroquímicos fora desse elenco, teria que se dirigir ao CNP para registro. Já havia muitas fábricas nessa época, e precisavam de registro no CNP. Isso vigorou até 1965. Nesse ano o CNP emitiu uma resolução, a Resolução 5/65, de 6 de maio de 1965, que revogou a Resolução 3/54 e a Resolução 1/57, mas ela consolida tudo o que as outras tinham e foi mais além. Ela relacionou o que chamou de produtos básicos petroquímicos, que eram essencialmente aqueles que o CNP já tinha relacionado. A ideia de relacionar esses compostos como produtos básicos petroquímicos era para diferenciar dos produtos combustíveis, para que não houvesse dúvida que aquilo estava fora do monopólio da Petrobras. Essa Resolução 5/65 tentou resolver um outro problema de ordem legislativa institucional importante que era o seguinte, as resoluções do CNP e essa também definiam a atividade petroquímica como livre, a 3/54 determinava que deveria ser prioritário para os empreendedores privados, a 1/57 dizia que a Petrobras também poderia ter atividades nesse campo, principalmente para fazer as matérias primas petroquímicas e também para fazer até os produtos essenciais, quando não houvesse interesse das iniciativas privadas, ou para evitar monopólios. Isso tudo não era bastante, durante um período grande não se fez uma planta petroquímica básica, o que se chama hoje de central petroquímica, não se fez por investidores privados nacionais ou estrangeiros porque, embora a legislação fosse apenas constituída de resoluções e essas diziam que o setor era de atividade privada, havia um problema de ordem prática: aqui no Brasil, pelas disponibilidades pequenas de gás natural, a matéria-prima petroquímica essencial é a nafta, e quando se faz petroquímica começando com nafta, ao lado eteno, que é o

produto principal que se quer, se faz outros produtos petroquímicos, mas se faz também algumas frações combustíveis como a gasolina, o GLP. Então, o problema que havia era que se você fizesse uma planta dessas era forçado, pela natureza do processo, fazer algumas frações combustíveis que você não poderia comercializar porque era monopólio. Por isso muita gente não fez porque achava que iria entrar em um campo minado, o que iriam fazer com as frações que não poderiam ser comercializadas? Essa Resolução 5/65 tem um artigo que diz que os produtos combustíveis produzidos nas fábricas petroquímicas o Conselho previamente dirá o destino deles.

Regina Luz – Pedido de autorização ou definição?

O.P. – Definição. Mas isso ainda não foi suficiente. Faz a definição, mas qual seria ela, que preço ia ter que ser para isso. Logo depois, saiu o Decreto 56.571, já no governo Castelo Branco, que é uma repetição da Resolução 5/65 só que revestida na capa de um decreto, que dava mais força, mas era essencialmente a mesma coisa. Isso também não foi o suficiente. Isso só foi resolvido quando foi criada a Petroquisa pelo Decreto 61.981, de 28/12/1967, que diz as frações combustíveis produzidas nas centrais petroquímicas seriam obrigatoriamente recebidas pela Petrobras, a um preço até 20% acima do preço da nafta. Isso quantificou, quem quisesse fazer suas contas colocava 20% da nafta e a expectativa, além do mercado garantido para aqueles produtos.

Isso configura essa trajetória, desde a primeira resolução do CNP até o decreto de criação da Petroquisa, tentando resolver alguns problemas para que a indústria petroquímica pudesse se desenvolver no Brasil. Esse Decreto 56.571 foi chamado de decreto para desenvolver a indústria petroquímica.

Nesse período em que havia essa indecisão, o que fazer com os produtos combustíveis produzidos nas unidades petroquímicas, a Carbide, que fazia a produção da petroquímica no Brasil, tinha uma planta de polietileno em São Paulo, e era a maior produtora de etileno do mundo na época, ela resolveu fazer etileno no Brasil, para as suas necessidades e para vender, chegou a construir uma planta grande de etileno, como ela fez isso? Ela fez isso antes do decreto da Petroquisa, antes que ficasse definido para onde iria e a que preço as frações combustíveis, ela fez o seguinte, enquanto todo mundo para fazer eteno partindo de nafta usava um processo, que se usa até hoje, que se chama pirolize de nafta, a Carbide veio com um processo novo – processo Wulff, onde entrava

nafta na unidade, mas em vez de sair propeno e produtos petroquímicos e mais produtos combustíveis, só saía do outro lado eteno e acetileno, que não tinham nada com os combustíveis, então ela contornava o problema legal.

Só que acontece que essa unidade grande, e ela construiu uma unidade grande de polietileno junto para usar o eteno, e construiu ao lado uma unidade grande de MVC para usar o acetileno que era produzido concomitantemente, essa unidade não funcionou. A maior produtora de etileno do mundo fez uma grande fábrica no Brasil, numa época que se ela tivesse tido sucesso, mudaria completamente a história da indústria petroquímica no Brasil. Problema técnico, a fábrica não funcionou. Esse processo Wulff tinha duas fornadas, a nafta passava em uma e, em fração de segundos, tinha que ser desligado e revertido. Não funcionou.

S.L. – Mas esse processo já tinha sido testado em outros lugares?

O.P. – Em planta-piloto, não tinha unidade comercial.

S.L. – O Brasil estreou a primeira?

O.P. – A primeira, ela construiu uma aqui e outra na Alemanha ao mesmo tempo. Todas as duas não deram certo. Foi um prejuízo, a planta de etileno ela teve que desmantelar, a planta de MVC ela teve de desmantelar, agora a planta de polietileno coincidiu que a Petroquímica União estava saindo com o projeto dela em São Paulo, produtora de etileno, querendo aumentar o número de clientes, então a Carbide passou a ser sua cliente.

Isso era o que eu queria falar sobre a fixação de diretrizes.

Agora vou voltar aos primórdios para falar de Cubatão. O Brasil madrugou na petroquímica, porque em 1958/59, a Petrobrás que tinha inaugurado a Refinaria de Cubatão, começou a fazer na refinaria alguns produtos petroquímicos básicos, fazia eteno, propeno. E isso ela foi fornecendo para algumas companhias ao seu redor, que forma instalando plantas petroquímicas e criou ali um pequeno complexo petroquímico em Cubatão. Tinham algumas plantas mais afastadas, a Rhone fazia álcoois eopílicos e acetona, a partir de propeno; a Carbide fazia polietileno; a Koppers fazia polietileno. Tudo isso em volta da Refinaria de Cubatão, que eram unidades pequenas, porque o

mercado na época era pequeno. Isso foi tudo sob a égide das resoluções do CNP. Os grandes complexos petroquímicos brasileiros, que têm porte internacional, só foram construídos a partir do final da década de 60. O Brasil, embora tenha começado muito cedo na petroquímica – para se ter uma ideia em 1958 a produção petroquímica do Japão era zero, começou ao mesmo tempo que o Japão.

S.L. – O Brasil começou através de capital estrangeiro, não é? As subsidiárias...

O.P – É, mas só existiram porque tinha Cubatão, porque a Petrobras se dispôs a fazer as matérias-primas básicas.

S.L. – E Cubatão era uma refinaria de médio porte em termos mundiais.

O.P. – Era de 45 mil barris.

S.L. – Isso em termos mundiais era significativo?

O.P – Era. E tinha um craque térmico que dava gases de refinaria, ela extraía eteno. Depois fez uma pequena unidade de pirólise de nafta para produzir um pouco mais de eteno. Isso foi uma ação pioneira da Petrobras, mas depois ficou um período com uma certa estagnação justamente por causa desse problema da indefinição. A Petrobras nunca teve muito estímulo para fazer petroquímica, porque naquela época ela tinha o monopólio de exploração, produção, refino, transporte, e ela dava prioridade a essas áreas. Eu fui chefe da Divisão de Petroquímica na Petrobrás, a gente fazia muito projeto nas fábricas, mas quando chegava na hora cortavam.

Havia industriais nacionais de porte, mas não tinham experiência na área de petroquímica; os estrangeiros, que já tinham umas pequenas fábricas em São Paulo, tinham muito medo por causa da indefinição.

S.L. – Qual a diferença entre complexo petroquímico e polo petroquímico?

O.P. – Polo petroquímico é uma expressão que se usa no Brasil para complexo petroquímico, mas é muito pouco usado no estrangeiro.

S.L. – O primeiro polo petroquímico brasileiro foi o de Capuava.

O.P. – Da Petroquímica União. É porque essas unidades de São Paulo.... A principal característica de um polo petroquímico é sua integração, e aquele complexo petroquímico inicial em Cubatão, antes da década de 60, quando a Petrobras produziu essas matérias-primas, já existiam algumas unidades petroquímicas dispersas, uma importava estileno para fazer poliestileno, outra fazia... de álcool para fazer um pouco de polietileno, outra usava carbureto. Quando a Petrobras passou a fornecer matérias-primas, elas puderam aumentar um pouco a produção. Mas não é um complexo petroquímico planejado, integrado como é o de Pequeus, da Copene e da Copesul. Acho que essa é que é a grande diferença. Polo petroquímico e complexo petroquímico no fundo é a mesma coisa, é uma questão de denominação.

S.L. – Existia algum órgão dentro de CNP que cuidava dessa questão petroquímica?

O.P. – No CNP eles tinham uma divisão econômica....

[FINAL DA FITA 1-A]

O.P. – Tinha uma Divisão Técnica, uma Divisão Jurídica. Não tinha uma Divisão Petroquímica, mas os projetos petroquímicos eram analisados por todas as divisões, que ofereciam subsídios para os conselheiros se pronunciarem.

Isso é o papel do CNP na fixação de diretrizes. Ele tinha que dar autorização, quem quisesse fazer um produto petroquímico, ou durante um certo tempo, aqueles que foram denominados produtos essenciais pela Resolução 1/57, tinha que ter autorização do CNP. Houve casos que ficaram marcantes, como esse da fábrica de borracha sintética aqui do Rio. O CNP recebeu três propostas para instalar uma planta de borracha sintética. O CNP tinha criado um grupo de trabalho para estimular a apresentação de propostas para construir uma planta, e definia a capacidade como sendo de 40 mil toneladas por ano, que vem a ser mais tarde a Fabor, que hoje é a Petroflex. Três grupos se apresentaram, um foi a própria Petrobras, outro era um grupo que tinha como associados a Firestone, a Goodyear, a Cooperson e a Pirelle (três produtoras de pneus) e

a [Danlab]¹ – elas se reuniram e fizeram uma proposta para fazer uma fábrica de 40 mil, uma delas que ia ser a cabeça; tinha uma outra sociedade, um nome japonês, era um investidor que estava há sete anos no Brasil. Esse projeto foi muito discutido dentro do CNP e o relator foi o general Geisel, coronel naquela época. Estão aqui nesse material, é interessante porque o parecer dele é longo, muito circunstanciado, ele em si se constituiu uma fonte histórica; como os outros pareceres, são fontes muito boas de história da época.

S.L. – Esses dois grupos, em relação à localização das plantas, eram no Rio?

O.P. – Era tudo no Rio.

S.L. – A essa altura a Reduc já estava começando a ser construída, não é?

O.P. – Isso, toda a matéria-prima viria da Reduc.

Com o voto favorável do relator, o Conselho aprovou o projeto da Petrobras. Em outro momento histórico, se tivesse aprovado outra coisa, tinha mudado bastante o que aconteceu.

S.L. – Essa discussão, que o senhor que foi muito momentosa, extrapolou o âmbito do Conselho, a imprensa deu algum tipo de destaque?

O.P. – Eu me lembro que sim, mas não foi uma coisa tão momentosa como foi o que vou falar em seguida, e como foi o problema da Justa Remuneração, esse problema foi para os tribunais, foi antes ao presidente da República, teve decreto do presidente para resolver o problema, e depois acabou nos tribunais.

S.L. – Então esse problema de quem instalaria a fábrica de borracha não teve repercussões tão grande assim?

O.P. – Não. Como esses que vou mencionar, não; mas teve repercussão.

¹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

S.L. – O senhor tem registro de alguma coisa?

O.P. – Nós vivíamos naquela época um momento em que o debate era intenso. Havia bastante dissimetria ideológica, era bastante debatido. Só que esse dois outros que eu mencionar, foram mais quentes.

Vou falar agora um pouco de um projeto momentoso que foi bater lá no Conselho Nacional do Petróleo, que foi o projeto para a fabricação de óxido de etileno em São Paulo, no complexo petroquímico da Petroquímica União, que estava se instalando. Esse foi um projeto também em disputa, foram apresentados dois projetos ao CNP, um por parte do Grupo Ultra – a empresa deles Oxieteno apresentou um projeto arpa fazer óxido de etileno; e a Shell também apresentou um projeto para fazer óxido de etilenol. Vou fazer um parêntese para dizer o seguinte, os projetos petroquímicos que necessitavam autorização, eles iam ao CNP e obtinham ou não essa autorização, mas não havia outro fórum. Quando foi em 65, o governo criou o Grupo Executivo da Indústria Química – Geiquim. Esse Geiquim não estava restrito a área petroquímica, eram projetos da indústria química de maneira geral, se quisesse fazer uma fábrica de soda cáustica, de água oxigenada, de ácido sulfúrico, se se pretendesse obter alguns incentivos, que eram relacionadas, você deveria apresentar seu projeto ao Geiquim, que analisava e concedia ou não aqueles incentivos que estavam previstos na lei. Esse Geiquim foi criado pelo Decreto n. 55.759, em 65. Fui membro do Geiquim indicado inicialmente pela Petrobras, e depois pelo Ministério de Minas e Energia; vivi esse problema.

Quando se criou o Geiquim, criou uma dualidade, porque a pessoa tinha que entrar com seu projeto no Geiquim, se quisesse os incentivos, e tinha que entrar no CNP para garantir o fornecimento de matérias-primas. Então, ambos entraram no Geiquim e entraram no CNP. No Geiquim, eram 11 votantes, tinha representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, ministério da Saúde, CPA, Cacex, Bando do Brasil, Banco Central, Ministério de Minas e Energia, Ministério de Indústria e Comércio; eram 11.

S.L. – CPA era o quê?

O.P. – Comissão de Política Aduaneira, era um órgão muito independente naquela época, tinha uma representação específica. Era importante porque um dos investimentos previstos era a tarifa.

Eram 11 votantes, e 10 votaram a favor do projeto da Oxieteno, e houve uma abstenção. Acontece que no Plenário do CNP houve empate, e o presidente do CNP, na época era o general Araken de Oliveira, ele desempatou em favor da Shell. Então era um problema, porque o Geiquim era um órgão de governo.

S.L. – O CNP também.

O.P. – Acontece que, acho que vocês deveriam pesquisar essa parte, porque eu sempre ouvi falar que o representante das Forças Armadas tinha o direito de veto.

S.L. – No CNP, não é?

O.P. – Ele deveria ter, e isso foi para o Conselho de Segurança Nacional. Enfim, ganhou o projeto da Oxieteno.

S.L. – Então foi a decisão do Geiquim que acabou prevalecendo.

O.P. – Prevaleceu, mas o CNP era um órgão importante nesse cenário na época.

S.L. – Quantos membros tinha o Conselho nessa época? Era um número menor do que o do Geiquim, provavelmente não?

O.P. – Talvez fosse, e talvez tinha também representantes de associações, de empresários.

S.L. – Na origem tinha, provavelmente naquela época também.

O.P. – Eu me lembro que o coronel Geisel era representante do Ministério da Guerra.

S.L. – Esse caso foi para os tribunais?

O.P. – Não. O que foi para os tribunais foi da justa remuneração, foi mais momentoso ainda.

Esses dois exemplos que dei, da fábrica de borracha e do óxido de etileno ilustram esse papel do CNP, que era o de dar ou não autorização para o funcionamento de plantas petroquímicas básicas. E teve capítulos emocionantes. Aqui, nessa coleção de pareceres que vou deixar, tem vários casos que, de certo modo, tiveram repercussão. Um deles é de uma empresa chamada Petrosil, essa empresa foi ao Conselho, por volta de 57 ou 58, funcionava já essa unidadezinha de etileno da Petrobras em Cubatão, que era encravada dentro da refinaria, para fornecer os petroquímicos básicos para as indústrias de São Paulo. A Petrosil entrou com um pleito no Conselho querendo que a Petrobras transferisse para ela essa unidade de etileno, ela queria ser uma espécie de distribuidora de matéria-prima, queria como se fosse o monopólio da distribuição; isso teve algum apoio político, mas o general Geisel que vetou isso no parecer. Teve outro projeto que é a definição de capacidade da Refinaria de Manguinhos, que foi momentoso, tem pessoas inclusive que acharam que o voto do general Geisel foi muito rigoroso na época. Não sei, o tempo dirá.

S.L.: Ou já disse.

R.L. – Queria voltar nesse primeiro projeto que o senhor falou, da dualidade entre o Geiquim e o CNP, esse projeto que foi aprovado interessaria mais a Petrobrás do que o outro, ou para ela tanto faria?

O.P. – Eu acho que para a Petrobras tanto faria. Provavelmente lá dentro da Petrobras sempre houve um grupo mais nacionalista, que achava a Oxieteno é brasileira. Deve ter tido isso, certamente teve, mas institucionalmente a Petrobras não se pronunciou. Analisando do ponto de vista empresarial era indiferente.

A Petrobrás teve representante no Geiquim que fui eu. Depois de um certo tempo, começou-se a achar que não tinha razão da Petrobras estar no Geiquim, porque ela era empresa., quem deveria ser apresentar lá era o Ministério de Minas e Energia, e ele falaria pela Petrobras quando fosse o caso. Então, a Petrobras deixou de ter

representante e o Ministério de Minas e energia passou a ter. Eu continuei representante, aí pelo Ministério.

O Ministério de Minas foi aquele voto que se absteve naquela votação.

S.L. – Toda aquela pendência séria que houve entre a Petrobras e o CNP na segunda metade dos anos 50, em relação a capacidade de refino das refinarias privadas, isso não tem nada a ver com petroquímica?

O.P. – Não, mas esse é justamente o terceiro ponto que eu ia falar, é em relação a isso. Isso é uma coisa momentosa. Vamos passar para esse item, que estou chamando aqui de justa remuneração, depois vou dizer porque estou chamando assim.

O problema surgiu pelo seguinte, as refinarias particulares que continuaram operando depois da Lei 2004, elas tinham uma capacidade definida e elas não podiam aumentar. Elas tinham um título de autorização que declarava qual era a capacidade delas. A da Refinaria União de São Paulo, a refinaria de Capuava, era de 20 mil barris por dia o título dela. Com o tempo, a refinaria começou a produzir mais do que 20 mil barris, o que é do que natural, porque toda fábrica vai desgargalando, tira um gargalo aqui, outro ali, e começa a produzir mais.

S.L. – Mesmo sem aumentar a capacidade?

O.P. – Mesmo que não seja intencionalmente, ela não fez uma modificação intencional; com uma melhoria operacional, ela vai aumentando sua capacidade. Toda fábrica tem o que se chama sua capacidade nominal e tem sua capacidade efetiva. A capacidade efetiva de Capuava chegou a 31 mil barris por dia. Não seria normal uma planta simplesmente chegar a 31 mil sem modificações propositais, mas..

S.L. – Aumento de mais de 50%.

O.P. – É, mas o fato em si é que ela estava produzindo 31 mil barris, e isso começou a incomodar a Petrobras, porque com a ampliação de Mataripe, com a Fábrica de Cubatão, ela começou a ter excedente de refino. Então, ela dizia: eu tenho o monopólio, tenho excedente de refino, devia se limitar a sua capacidade, isso era o raciocínio da

Petrobras. A Refinaria União argumentava diferente, ela dizia, eu estou sendo punida por ser eficiente, estou conseguindo produzir mais, com isso baixo meus custos, não posso fazer? Não estou construindo uma refinaria nova. Esse era o argumento da Refinaria União.

S.L. – Eu imaginei que essa questão envolvesse também as outras refinarias particulares.

O.P. – Por extensão foi.

S.L. – Aconteceu aqui com Mangueiras? Ela ultrapassou a capacidade prevista em lei?

O.P. – Tudo. Foi que se discutiu a capacidade de todas elas, algumas estavam mal definidas no título de autorização, e havia uma dúvida se barris por dia o título de autorização era se era dia calendário, ou dia de operação. Isso tudo foi esclarecido. Eu não tenho certeza se chegou a haver algum processamento adicional, mas pelo menos ficou ali naquele estendido para todas as refinarias, não podia processar mais do que a sua capacidade nominal, a menos que se fizesse em benefício da Petrobras. Esse assunto bateu no CNP, e o relator, como foi o coronel Geisel, está aqui também.

S.L. – Todas as causas quentes estavam com ele, não?

O.P. – Estavam todas com ele. Acho que é porque na área química e petroquímica, ele tinha sido superintendente da Refinaria de Cubatão, estão essas causas de petróleo...

S.L. – Isso foi depois do general Stênio?

O.P. – Acredito que sim.

S.L. – Porque o Stênio estava desde o início, não é?

O.P. – O general Geisel saiu em 56, eu acho.

S.L – O Stênio saiu pouco depois da fundação da Petrobras. Foi quando o Artur Levy assumiu a presidência da Petrobras, houve uma trombada de frente entre os dois generais, e o Stênio saiu. Deve ter entrado o coronel Geisel.

O.P. – Ele era relator porque a experiência dele acabava dando a ele competência para relatar os processos. Ele fez um parecer no Conselho Nacional de Petróleo, isso foi ao Plenário, teve pedido de vistas, começou a discussão. O assunto foi então encaminhado para à presidência da República. O Juscelino fez um decreto, em junho de 57, que dizia o seguinte: se a refinaria particular tem capacidade de produzir mais do que o nominal, então é interesse nacional que ela produza, mas o que ela produzir acima da capacidade nominal, era estará refinando em nome da Petrobras, que vai lhe pagar por isso uma justa remuneração, e não define. Precisa ver o bolo que deu. Isso voltou para o Plenário do CNP.

R.L. – Coisa de mineiro, não é?

O.P. – É. Aí passou a se discutir o que é justa remuneração. Os órgãos técnicos do Conselho se reuniram e começaram a estudar o que era uma justa remuneração. Muito difícil de definir o que era uma justa remuneração. Houve uma consulta ao consultor-geral da República, ele disse que não, que tinha que ter lucro, a justa remuneração significa que tem que ter lucro, mas esse lucro deve ser modesto. Então não mudou muito. O general Geisel fez um parecer no qual defendia a tese que devia se pagar a Refinaria União o custo médio, ele achava que o custo médio continha em si uma parcela de lucro, porque quando a refinaria operando em 31 mil recebia pelo adicional o custo médio de produção, ela já tinha diluído os custos fixos nos 31 mil, e ela ganhava na diminuição do seu custo fixo na parte que tinha autorização.

Acho que é uma coisa muito rigorosa, mas verdadeiro é, porque aquela parcela continha uma parcela de lucro, só que a Refinaria União contestou, além de contestar administrativamente, ela moveu uma ação contra a União. Essa ação esticou. Eu me lembro dessa ação correndo nos tribunais nos anos 60. Não sei o que deu.

S.L. – Naquele livro do Carlos Eduardo Paes Barreto, o nome é *A farra do boi*, ele diz que a Refinaria União teve ganho de causa, mas isso acredito só depois de 64.

O.P. – Acredito, faz sentido.

S.L. – Isso, na verdade, acaba ganhando dimensões muito maiores, envolve mais uma vez posicionamento político-ideológico, e naquele momento o exato coronel Geisel estava alinhado com as forcas nacionalistas.

O.P. – Certo. A Refinaria União moveu uma ação contra a União Federal, e a Petrobras, nesse processo, era litisconsórcio. Teve uma época que o juiz mandou que as partes nomeassem peritos para se pronunciar. A Petrobras nomeou um perito, que foi José Chor, um engenheiro que foi chefe da Divisão de Refinação da Petrobras na época, ele tinha dois auxiliares de perito, eu fui auxiliar de perito nessa questão. Foi uma coisa muito, muito, porque as pessoas acabavam tomando partido, não pela questão em si, mas por outras questões.

S.L. – É. Essa pendência envolveu a Refinaria União e a Petrobras. Não sei se é nesse momento que a Petrobras acusa o CNP de fazer um pouco a defesa do capital privado. É nesse momento que há um estranhamento ente o Conselho e a Petrobras?

O.P. – Pode ser, porque o CNP, nesse processo todo, teve uma hora que ele nomeou uma comissão técnica para fazer um teste na Refinaria de Capuava e dar subsídios para estabelecer essa justa remuneração. Essa comissão técnica foi muito favorável a causa da Refinaria União.

S.L. – E isso gerou um certo desconforto entre Conselho e Petrobras, não é?

O.P. – Gerou.

S.L. – Porque já havia outras questões em que isso aconteceu, o Acordo de Roboré. A impressão que tenho é que as coisas aconteceram muito próximas, não é?

O.P. – É. Aliás aqui, entre as coisas que coloquei para lembrar, eu ia fazer uma sugestão que fosse ouvido duas pessoas, uma delas é o Poppe de Figueiredo.

S.L. – O general, não é?

O.P. – O marechal é capaz de ter morrido, mas o filho, que é engenheiro, trabalhou na Petrobras, e deve conhecer as histórias do pai. O pai foi presidente do CNP e saiu atirando, ele tem um livro, onde acusava outras pessoas.

S.L. – Ele sai e vem o Alexínio Bittencourt.

O.P. – Exatamente.

S.L. – E é com Alexínio que a Petrobras tem aquele problema de Roboré. Janari Nunes na Petrobras e Alexínio no CNP.

O.P. – O problema do Poppe de Figueiredo era com o Alexínio, estou falando de memória, mas acho que era. Como o filho dele é vivo, é engenheiro, trabalhou na Petrobras.

S.L. – Eu fui colega do neto do Poppe de Figueiredo no colégio Militar, talvez seja filho desse engenheiro.

O.P. – É possível, quem deve ter o telefone do Poppe de Figueiredo é a Petros, associação dos aposentados da Petrobras.

S.L. – O prenome dele, o senhor sabe? É Mário também?

O.P. – Acho que é.

S.L. – Podemos até ver como vi o seu, pela Telemar.

O.P. – Outra pessoa que ia sugerir que seja ouvido chama-se Murilo Paraíso. Também é um engenheiro, ele foi diretor do CNP nessa época momentosa todas. Ele é muito inteligente e é memória.

S.L. – Ele foi diretor do CNP nos anos 50?

O.P. – Em 57/58 ele era diretor do CNP.

S.L. – Então deve estar bem idoso.

O.P. – Acho que ele é mais moço do que eu.

S.L. – Mas ele foi diretor do CNP muito jovem?

O.P. – Foi.

S.L. – Porque o senhor nos anos 50 não devia ter nem 30 anos, o senhor nasceu em que ano?

O.P. – Em dezembro de 26.

S.L. – Então, um diretor do CNP, nos anos 50, na faixa dos 20 anos, eu estou achando...

O.P. – Mas ele foi no final de 50, 58, 59. Ele deve ter talvez uns 50 anos.

[FINAL DA FITA 1-B]

S.L. – Hoje? Que nada.

O.P. – De qualquer maneira, é uma pessoa que está na ativa, trabalha em uma empresa chamada Final, que faz parte do conjunto de empresas da [Brasquen]². Essa Final é uma empresa que fica em Alagoas e produz utilidades, vapor, água tratada para as empresas da Odebrecht.

² O mais próximo do que foi possível ouvir.

S.L. – Ele mora aqui no Rio?

O.P. – Não, ele mora lá mas vem ao Rio. Eu lhe dou o telefone dele e pode falar em meu nome, o DDD lá é 82 e o telefone é [...]. Não sei se inventaram um 3 na frente.

R.L. – É possível porque estão acrescentando 3 em todos os estados.

O.P. – Esse Murilo viveu muito esses problemas todos no CNP. Ele é meu amigo, comigo ele se abre muito, ele é uma pessoa que sabe fazer uma análise das coisas. Eu acharia interessante um depoimento dele.

S.L. – E ele continua no CNP? Ele atravessa os anos 60 no CNP?

O.P. – No início dos anos 60, sim, certamente até metade ou um pouco mais dos anos 60, sim. Nos anos 70, ele diretor da empresa chamada Mecanor, Metanol do Nordeste; foi diretor da indústria Pasquim e hoje diretor da Final. Ele é uma pessoa muito ativa ainda, e ele vem ao Rio com certa regularidade.

S.L. – Voltando a participação do CNP na montagem do parque petroquímico brasileiro, nós sabemos que a partir da introdução do regime militar, não sei se o senhor poderia dar alguma informação a respeito, a impressão que nós temos é que a fase áurea do CNP é até a Petrobras começar a existir, porque ele era quem fazia tudo na área de petróleo; quando a Petrobras entra em cena, ele se recolhe para um certo bastidor, com a lei 2004.

O.P. – Eu acho que a explicação também disso é o seguinte, o CNP era um órgão executivo antes da formação da Petrobras, ele construiu refinarias, foi ele que começou o projeto na área petroquímica, foi que começou o projeto de implantação da primeira fábrica de fertilizantes hidrogenados do Brasil, junto a Cubatão. Depois quem concluiu foi a Petrobras, porque ela recebeu aquele acervo. Eu acho que o CNP, além da função normativa, ele tinha uma função executiva grande, e com a Petrobras ele se encolheu.

S.L. – Encolheu. E a impressão também que a gente tem é que durante esses 10 anos, da instalação efetiva da Petrobras até a subida ao poder dos militares em 64, os conflitos entre Petrobras e CNP, de vez em quando, afluíam, vinham à tona. Depois de 64, ou esses conflitos de alguma maneira deixaram de existir concretamente, ou por conta de um regime autoritário, com menos canais de discussão, esses conflitos foram abafados. A gente está delimitando o marco final desse capítulo que começa em 54, marcando em 64. E começando um outro capítulo, um capítulo longo em termos cronológicos, que vai de 64 a 85, vão ter uma sucessão de presidentes militares no CNP, vai ter aquele Oziel, o Roberto França Domingues ...O senhor concordaria com essa análise, se essa divisão cronológica faz sentido de alguma maneira? O que o senhor acha?

O.P. – Para ser sincero, eu não tinha, na minha cabeça, feito essa divisão, mas quando você falou, acho que faz sentido sim, é porque alguns problemas que haviam começaram a ser resolvidos no início do período militar; inclusive esse problema de capacidade, a Refinaria União acabou vencendo. Então, eu tenho impressão que mudou, acabou aquele entrelaçamento entre Petrobras e CNP.

R.L. – É, inclusive porque a Petrobras começa a ser a menina dos olhos do governo militar, não é?

O.P. – Mas ela é.

R.L. – A gente vê, por exemplo, que a CSN começa a ter as perdas todas do preço do aço ser controlado, a Petrobras não.

O.P. – O fato do chefe do Gabinete Militar do general Castelo foi ser o presidente da Petrobras, depois foi ser presidente da República. Acho que é isso sim.

S.L. – Voltando àquela questão das refinarias privadas, o monopólio do refino na verdade existiu, mas ele respeitava o direito das refinarias privadas que já existiam, que já funcionavam.

O.P. – É, isso faz parte da Lei 2004.

S.L. – Dentro daquele limite da capacidade. Eu sei que foi inaugurado em 55 ou 56 aquela refinaria no Amazonas, uma refinaria privada, mas isso não está contrariando o monopólio?

O.P. – Mas é porque ela tinha tido o título de autorização anteriormente, se não ela não poderia.

S.L. – Então, o título de autorização é anterior, não é o funcionamento efetivo.

O.P. – É o título, porque ela demorou muito tempo.

S.L. – Então tirou uma dúvida minha, porque eu tinha essa questão.

O.P. – Se ela viesse como uma refinaria nova depois da Lei 2004, ela não teria a menor chance.

S.L. – Ela foi inaugurada dentro daquilo que previa a autorização.

O.P. – Ela foi autorizada, foi respeitado o título.

S.L. – A Como o CNP atuou em relação da Copene e da Copesul, o CNP continuava com esse poder de autorizar a instalação?

O.P. – No caso da Copene e da Copesul, acho que ele já tinha perdido. Desde que houve esse problema do óxido de eteno, eu não sei exatamente como se deu, mas o CNP perdeu essa função, ele não dava mais título de autorização. A Copene não teve matéria-prima garantida através do CNP, foi ser com a Petrobras diretamente.

S.L. – E certamente a Copesul, que foi depois...

O.P. – Mais ainda. Talvez o decreto de criação da Petroquisa deve ser relido para ver se não fala nisso.

S.L. – Provavelmente, com a criação da Petroquisa o CNP perde essas atribuições.

O.P. – De todas aquelas empresas do Nordeste, eu participei da criação de todas, e nunca fomos ao CNP, fomos ao Geiquim para pegar incentivos.

S.L. – O Geiquim continua existindo?

O.P. – Agora existe o Conselho de Desenvolvimento Industrial que absorveu o Geiquim.

S.L. – Nós temos aqui material sobre esses grupos, inclusive...

O.P. – O Grupo Executivo da Indústria Química foi um grupo muito importante para a indústria química, porque foi um grupo muito ativo, foi feito muito com pé no chão. Você conheceu uma pessoa chamada Juvenal Osório?

S.L. – Conheço de nome.

O.P. – Ele é que deu o tom do Geiquim, ele fez o Geiquim um órgão...

R.L. – Ele foi também da CSN.

O.P. – É, ele era homem do BNDES. Ele foi muito importante para a indústria química no Brasil porque ele conseguiu fazer um órgão sem nenhum preconceito, bem fundamentado. As diretrizes para conceder incentivos eram bem claras, acho que ele fez um trabalho excelente.

Era isso que eu tinha pensado. Aqui está essa palestra, muito dessas coisas, foi o IBP, o Instituto Brasileiro de Petróleo, que me pediu uma vez para fazer uma palestra sobre a história da indústria petroquímica no Brasil. Eu fui fazer, só que acho enjoado se negócio de ficar só falando no ano tal é isso... então eu peguei a petroquímica brasileira e alguns de seus mitos e coloquei algumas coisas no meio da conferência para dar um tempero. Aqui tem a Resolução 3/54, essa é a Resolução 1/57- Caberá ao Conselho Nacional do Petróleo autorizar a instalação no país das indústrias que se destinem a

produção de matérias-primas para produtos essenciais. Depois essa 5/65, o Conselho Nacional do Petróleo, ouvindo as partes,decidirá previamente sobre o destino dos subprodutos das operações industriais petroquímicas, as empresas que se interessarem pela fabricação dos produtos básicos (aqui já não tem mais os essenciais) terão que ter autorização do CNP.

S.L. – São essas autorizações que as indústrias não vão mais precisar solicitar ao CNP?

O.P – São.

S.L. – Provavelmente com a criação da Petroquisa.

O.P – Foi, acho que sim. Mas foi depois daquele bolo com a Oxieteno é que se pensou isso, pois não poderia ter dois fóruns, ganha num e perde no outro, e aí?

S.L. – Na verdade, quem saiu fora foi o CNP.

O.P. – Foi o CNP.

R.L. – Foi colocado sutilmente para escanteio.

O.P. – Isso aqui é a palestra e as cópias, e isso aqui, me diz a quem que eu dirijo a carta, pois queria fazer uma espécie de doação, isso é uma preciosidade porque tem todos os pareceres com anotações nas margens, com correções; isso você vê mais do que o fato, você vê o que estava atrás da elaboração do fato, o pensamento da pessoa, o que mudou. É muito interessante, tem a Petrosil, a Refinaria de Manguinhos.

S.L. – E o doutor Belloti, o senhor acha que vale a pena entrevistar?

O.P. – O doutor Belloti eu considero uma das pessoas que tem um dos maiores repositórios de conhecimento sobre a indústria de petróleo no Brasil, particularmente sobre o CNP, eu não sei.

S.L. – Nesse depoimento o senhor deu informações super importantes, a gente não pode ficar errando.

O.P. – Eu dei essas duas sugestões, mas...

S.L. – Pelo que estou percebendo, o Murilo Paraíso o senhor tem mais convicção da importância dele do que o filho do Poppe de Figueiredo?

O.P. – Mas ir atrás do livro, porque ele fez um livro. Os meus arquivos particulares, a maior parte fica em Minas, eu vou lá no fim do mês, vou dar uma olhada porque tenho recortes de jornais da época que me lembro da briga do Poppe.

S.L. – A gente não tem registro dessa briga.

O.P. – Eu tenho registro em jornal e sei que tem um livro. Eu tenho a impressão que eu tenho esse livro, mas tenho que olhar nos meus pertences.

S.L. – Eu vou olhar o verbete do Poppe de Figueiredo no Dicionário Histórico Biográfico, pode ser que seja arrolado lá como fonte ou como fato.

O.P. – Só vou anotar a quem eu devo me dirigir.

S.L. – Pode ser mais a Suely?

R.L. – Pode ser um ou outro, se for para o Celso, ele vai encaminhar para a Suely.

O.P. – Fisicamente eu estou deixando aqui, mas aí só uma cartinha porque queria que ficasse registrado.

S.L. – Então, para Suely Braga da Silva, Coordenadora do Setor de Documentação, Cpdoc/FGV. O senhor tem algum parente no Conselho da Fundação? Porque vi outro dia que tem um Perrone.

O.P. – Que eu conheça não. Eu tenho um irmão que quando alguém fala aquele Perrone é seu parente, ele pergunta: “é boa gente?” Se for boa gente é parente, se não...

Eu achava que Perrone tinha pouco até abrir o catálogo de telefone em São Paulo.

S.L. – Eu estou fazendo um trabalho de edição de tese e uma amiga da moca com quem eu estou trabalhando é Sônia Perrone, mora no Leme. Minha amiga falou que o senhor ela não conhece.

O.P. – Ela é Perrone com e não é? Eu, muito tempo, fui com i, o escrivão errou depois eu corrigi.

S.L. – Porque é com e, não é?

O.P. – O meu Perrone é com e.

R.L. – Doutor Otto, nós queremos agradecer seu depoimento, acho vai ser muito interessante para nosso trabalho.

[FINAL DO DEPOIMENTO]